



# Anais da Assembléia

Nº 59

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado Valdir Rossoni
PFL .....	Deputado Plauto Miró
PTB .....	Deputado Ademar Traiano
PMDB .....	Deputado Orlando Pessuti
PPB .....	Deputado Augustinho Zucchi
PT .....	Deputado Pércles H. de Mello
PDT .....	Deputado Edgar Bueno
PL .....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN .....	Deputado Emerson Nerone
PSDB .....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Rery Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Pércles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13.05.98**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romaneli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielsè, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidakazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está em votação a ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A Mesa defere e fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Em votação a ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 168/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná**

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Vila São Carlos, com sede e foro no Município de Curitiba - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas quaisquer disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Moradores da Vila São Carlos, fundada em 30 de outubro de 1986, vem se destacando perante a comunidade da Vila São Carlos, pelas atividades de apoio às reivindicações daquela necessitada região. Tem especial destaque sua atuação no sentido de organização a população da área para conseguir obras de infraestrutura para o bairro, principalmente de saneamento básico, creches e escolas. O destaque e reconhecimento de sua atuação é tão evidente que o próprio Poder Público Municipal, reconhecendo a relevância de sua atuação, providenciou a cessão, em regime de comodato, de um imóvel para a entidade, onde a mesma vem desenvolvendo atividades de cunho organizacional e assistencial.

Entretanto, a Associação em exame passa por um período de dificuldades, eis que a última diretoria, por má administração, provocou um sério prejuízo nas contas da associação, e também provocou uma quebra na infraestrutura da mesma. E, no presente momento, a nova diretoria vem empreendendo um processo de reconstrução da Associação, de maneira que a mesma possa voltar a exercer, em plenitude, seu papel de utilidade pública e de assistência social.

Pelo exposto, e conforme comprovam os documentos anexados ao presente projeto de lei, que determinam o preenchimento, por parte da entidade em exame, de todos os requisitos legais exigíveis, conclamamos os nobres colegas Parlamentares a aprovar a declaração de utilidade pública estadual da Associação de Moradores da Vila São Carlos.

PROJETO DE LEI Nº 169/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, na parte que destinou a quantia de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) ao Município de Mauá da Serra, alterando a expressão "Construção de um pronto-socorro" para "Equipamento e Construção do Pronto Atendimento".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste presente plano de lei tem o objetivo de alterar o Plano de Aplicação de Recursos, já aprovado por esta Casa de Leis, através da Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, que previa destinação orçamentária de R\$ 350.000,00 para a construção de um pronto-socorro, alterando para Equipamentos e Construção do Pronto Atendimento.

Para tanto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição em tela para atender necessidades da comunidade do Município de Mauá da Serra.

PROJETO DE LEI Nº 170/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada Rodovia Prefeito José Alves Pereira, o trecho da Rodovia PR-151, que liga os Municípios de Ribeirão Claro e Santana do Itararé, partido da sede do Município de Ribeirão Claro, até o seu entroncamento com a Rodovia BR-272, no Município de Santana do Itararé.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

José Alves Pereira, nascido no dia 07 de maio de 1915 e falecido no dia 23 de agosto de 1996, na Cidade de Ribeirão Claro, filho de família pioneira na região, ajudou desde criança a desbravar aquela região, tendo seu avô como um dos fundadores daquela cidade.

Foi o responsável direto na luta pela construção e pavimentação da Rodovia PR-431, com sua liderança e credibilidade política, além de ter lutado também pela pavimentação da Rodovia PR-151, que liga o Município de Ribeirão Claro à Carlópolis, cuja obra está para ser realizada pelo atual Governo do Estado do Paraná e que beneficiará uma grande parcela da população do norte pioneiro.

Consideramos justa e merecedora esta homenagem, tendo em vista que o mesmo, como cidadão e homem público, somente deixou para as gerações futuras, exemplos de trabalho, dedicação ao seu povo, dignidade e honradez, qualidades estas decantadas incansavelmente pela população Ribeirão Clarence, pois além de sua participação em marcantes obras públicas quando no exercício do mandato de prefeito, sempre encontrava tempo para as ações sociais que atendiam à população mais carente, tendo sido um dos fundadores do Asilo São Vicente de Paula, e seu presidente por mais de 30 anos, cargo a que sempre era reconduzido, pelos relevantes serviços que prestava à frente daquela instituição, no amparo do ser humano, que se encontrava muitas vezes abandonado pela sociedade e pela própria família.

José Alves Pereira, sempre seguiu o exemplo deixado pelos seus pais e avós, porque ali nasceu, cresceu, vindo a contrair matrimônio com a Sra. Laura Garrido Pereira, também falecida, não se afastando do seu berço natal, constituindo uma nova família, e cujos filhos ali também residem, tendo seu filho Mario Augusto Pereira, no exercício do seu segundo mandato como Prefeito daquele município, e que segue rigidamente o exemplo deixado pelo pai, no zelo pelas coisas públicas, e dedicação pela cidade que sua família ajudou a construir.

Se estivesse vivo hoje, José Alves Pereira teria completado 83 anos de idade no último dia 07 do corrente mês, exatamente há uma semana antes do aniversário de emancipação política de sua cidade natal, que hoje está completando o seu 90º aniversário.

PROJETO DE LEI Nº 171/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o CRISTMA - Movimento Cristo te Ama, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, o CRISTMA - Movimento Cristo te Ama, fundada em 1º de janeiro de 1997, tem por objetivo a prática da caridade cristã, através da assistência social, mantendo uma estrutura para a existência do Apostolado nas Comunidades Assistenciais.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 172/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Santo Antônio, com sede e foro no Município de Diamante do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Santo Antônio, da localidade "Colônia Santo Antônio", com sede e foro no Município de Diamante do Sul, visa congregar os moradores da comunidade, estimulando o espírito associativista e comunitário, prestando serviços assistenciais e cooperativos e mantendo trabalhos de cultura, educação, saúde, lazer e outros para a população local.

Os serviços são gratuitos e de grande importância para a comunidade. A entidade está devidamente constituída, nos termos da Legislação em vigor, conta com Diretoria, que atua sem nenhum tipo de remuneração.

A aprovação do presente projeto de lei será de grande importância para o desenvolvimento do exercício da cidadania na Colônia Santo Antonio, em Diamante do Sul.

PROJETO DE LEI Nº 173/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Plano de Carreira dos servidores públicos civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, regidos pela Lei Federal nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, com as modificações posteriores, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os atuais servidores portadores de diplomas de nível superior definidos neste artigo e expedidos até a data de promulgação da presente lei, serão enquadrados no presente Plano de Carreira, na conformidade do disposto nesta lei.

Art. 2º - Ficam criados o número de cargos para presente carreira equivalente ao necessário para o enquadramento dos atuais servidores, ocupantes de empregos inicial e a 1ª classe final, havendo entre estas uma diferença estabelecida por porcentagem fixada em ordem decrescente, conforme estabelecido no anexo único, que passa a fazer parte integrante da presente lei.

Art. 3º - O ingresso na carreira de que trata a presente lei, dar-se-á obrigatoriamente na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, tendo como membros da banca examinadora, a comissão partidária definida no Art. 14.

§ 1º - O concurso público compreende duas etapas, sendo a primeira constituída de uma prova escrita de caráter objetivo, avaliada em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, envolvendo conteúdo programático fixado na área de formação profissional dos integrantes do plano de carreira, conforme definido no Art. 1º da presente lei.

§ 2º - A segunda etapa do concurso constituir-se-á na avaliação de títulos e observará a seguinte pontuação:

I - Capacitação profissional: Este grupo terá valor máximo atribuído de 2,0 (dois) pontos e serão considerados os cursos na área profissional que trata o Art. 1º, ministrados por estabelecimentos oficiais, concluídos com aproveitamento e carga horária expressos nos certificados.

a) Doutorado: 2 (dois) pontos;

b) Mestrado: 1,8 (um ponto e oito décimos) por curso;

c) Curso de Especialização com carga horária mínima de 360 horas: 1,5 (um ponto e cinco décimos) por curso;

d) Outro curso de nível superior: 1 (um) ponto por curso;

e) Curso de atualização e/ou aperfeiçoamento com carga horária de 120 a 360 horas: 0,5 (cinco décimos) de ponto por curso.

II - Experiência profissional: Este grupo terá valor máximo de 3 (três) pontos, onde será considerado:

a) Tempo efetivo de serviço prestado como servidor público do Governo do Estado do Paraná: 0,5 (cinco décimos) de ponto por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses, exceto o tempo adicional.

§ 3º - O resultado final será a soma dos pontos obtidos nas duas etapas, sendo considerado aprovado o candidato que obtiver pontuação igual ou superior a 5 (cinco) pontos na prova escrita.

Art. 4º - O prazo de validade do concurso é de 02 (dois) anos, prorrogável por igual período, a partir da homologação, podendo ser nomeados nesse período, a critério do Chefe do Poder Executivo, na ordem de classificação, candidatos aprovados em número não superior ao dobro de vagas existentes na data de abertura do concurso.

Art. 5º - O concurso de ingresso na carreira será realizado, obrigatoriamente, quando o número de vagas exceder a 5% (cinco por cento) do Quadro respectivo ou facultativamente, sempre que o reclamar o interesse público, a juízo do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - O Edital conterá, no mínimo, as matérias sobre as quais versarão as provas, os respecti-

vos programas, critérios de avaliação dos títulos e números de vagas existentes.

Art. 6º - Os cargos iniciais da carreira de que trata esta lei, serão providos em caráter efetivo, por nomeação, obedecida a ordem de classificação no concurso público.

Art. 7º - O chefe do Poder Executivo procederá ao enquadramento dos atuais servidores que preencham o requisito necessário ao exercício das profissões a que se refere a Lei Federal nº 5194/66, observando o princípio constante do inciso II, do Art. 34 da Constituição Estadual, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente lei.

Art. 8º - O enquadramento no plano de carreira dos servidores, ocupantes de emprego público, conforme dispõe o Art. 1º da presente lei, far-se-á observando-se rigorosamente a pontuação obtida pelo servidor, conforme os seguintes critérios:

I - Experiência profissional:

a) Tempo de serviço como profissional, conforme definido no artigo 1º desta lei, na administração pública: 1,0 (um) ponto por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses, exceto tempo adicional.

b) Tempo de serviço prestado ao Estado, em outras funções: 0,3 (três décimos de ponto) por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses, exceto tempo adicional.

II - Capacitação Profissional:

a) Título de doutorado na área: 1,5 (um ponto e cinco décimos) por curso.

b) Título de mestrado na área: 1,3 (um ponto e três décimos) por curso.

c) Curso de especialização, curso ou seminário de aperfeiçoamento ou atualização profissional, cuja carga horária resulte em um total igual ou superior a 320 (trezentas e vinte) horas: 1,5 (um ponto e cinco décimos) por curso.

d) Outro curso de nível superior: 1,0 (um) ponto por curso.

e) Curso de especialização, curso ou seminário de aperfeiçoamento ou atualização profissional, cuja carga horária resulte em um total igual ou superior a 160 (cento e sessenta) horas: 0,8 (oito décimos) por curso.

f) Livro publicado, individual ou coletivo: 0,5 (cinco décimos) por livro.

g) Trabalho premiado, individual ou coletivo: 03 (três décimos) por trabalho.

### III - Outros títulos:

a) Exercício de função de Diretor, Superintendente ou Presidente de órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Governo do Estado do Paraná: 1,0 (um) ponto por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses.

b) Exercício de funções de chefia, assessoria, gerência, fiscalização ou supervisão no serviço público: 0,5 (cinco décimos) de ponto por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses.

§ 1º - A distribuição dos cargos será efetivada de acordo com a classificação obtida no somatório dos pontos auferidos pelos profissionais sujeitos ao enquadramento, obedecidos os percentuais a seguir:

1ª Classe: 10% primeiros colocados.

2ª Classe: 15% melhores classificados após os enquadrados na 1ª Classe.

3ª Classe: 20% melhores classificados após os enquadrados na 2ª Classe.

4ª Classe: 25% melhores classificados após os enquadrados na 3ª Classe.

5ª Classe: 30% restantes.

§ 2º - Não há limitação para o número máximo de pontos obtidos.

§ 3º - Em caso de empate, prevalecerá a inscrição mais antiga no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

§ 4º - Os servidores tratados no Art. 1º, após o enquadramento previsto nesta Lei, terão seus cargos e empregos originários automaticamente extintos.

§ 5º - Os servidores sujeitos ao enquadramento que trata este artigo, terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a documentação comprobatória necessária para pontuação junto à Secretaria de Estado de Administração.

Art. 9º - Os integrantes da carreira de que trata esta lei, terão direito a promoção, que será efetivada de classe em classe pelos critérios de antigüidade e merecimento alternadamente, após a ocorrência de vagas.

§ 1º - A Secretaria de Estado da Administração - SEAD, fará publicar em janeiro e julho de cada ano, no D.O. do Estado, a relação de vagas existentes no Quadro de Carreira e a lista de antigüidade dos servidores de carreira aptos à promoção.

§ 2º - Consideram-se vagas, para efeito deste artigo, também as decorrentes das promoções previstas e abertas sucessivamente nas respectivas classes.

§ 3º - Os integrantes aptos à promoção, habilitar-se-ão à mesma mediante requerimento dirigido ao Secretário de Estado da Administração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação em Diário Oficial, que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º - As promoções serão processadas semestralmente para preenchimento das vagas ocorridas conforme os critérios dispostos no "caput" deste artigo.

Art. 10 - Somente após 2 (dois) anos de efetivo exercício na respectiva classe, poderá o servidor ser promovido por qualquer dos critérios indicados.

§ 1º - Quando não houver candidato que satisfaça ao requisito deste artigo, poderá, seja por antigüidade ou por merecimento, concorrer à promoção o servidor que contar, pelo menos, com tempo superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de efetivo exercício.

§ 2º - O servidor promovido à classe superior deverá contar novo interstício para efeito de nova promoção.

Art. 11 - A antigüidade será apurada pelo tempo de efetivo serviço na classe, em dias corridos, a partir da data da última promoção, publicada de acordo com o § 1º do Art. 9º.

§ 1º - As reclamações contra a relação de antigüidade deverão ser apresentadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da respectiva publicação;

§ 2º - O empate na classificação por antigüidade resolver-se-á favoravelmente ao candidato que possuir, pela ordem:

a) maior tempo de serviço como profissional, conforme definido no Artigo 1º desta lei, na administração pública;

b) maior tempo de serviço público estadual, em outras funções;

c) maior tempo de serviço em funções de assessoramento superior (DAS);

d) maior tempo de serviço em funções comissionadas (CC).

Art. 12 - O mérito para efeito de promoção será aferido em consideração à competência profissional, levantada semestralmente pela SEAD, e aprovadas pela comissão conforme definido no Art. 14, sendo obrigatoriamente considerados pontualidade no cumprimento das obrigações profissionais, aprimoramento técnico e complexibilidade da função desenvolvida.

§ 1º - A avaliação será publicada de acordo com o § 1º do Art. 9º.

§ 2º - Os pedidos de revisão de avaliação deverão ser apresentados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da respectiva publicação.

Art. 13 - Os períodos de afastamento do servidor da administração pública estadual, por licença de qualquer natureza ou por cessão a outros órgãos dos demais poderes, órgãos da administração pública federal ou municipal, não serão considerados para efeito de aplicação do Art. 9º desta lei.

Art. 14 - Fica criada uma Comissão Paritária, composta, no mínimo, por três membros indicados pelo Poder Executivo, um membro indicado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA e dois membros indicados respectivamente, pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná - SENGE e Sindicato dos Arquitetos no Estado do Paraná - SEAO, com as seguintes atribuições:

I - Compor a comissão encarregada da aplicação das provas e avaliação de títulos nos concursos públicos afetos à carreira.

II - Supervisionar os procedimentos de enquadramento e reclassificações.

III - Avaliação de antigüidade e mérito, para efeito de promoções.

Art. 15º - Os vencimentos básicos da carreira de que trata esta lei serão os constantes da Tabela no anexo único, reajustados segundo a legislação salarial em vigor, mantidos os

percentuais de diferença entre as classes.

Art. 16 - Os ocupantes da carreira de que trata esta lei, sujeitam-se a jornada de trabalho de 40 horas semanais, ficando assegurada a percepção das vantagens constantes dos artigos números 140, 159, 169 e 172 da Lei Estadual nº 6174/70 no que couber.

Art. 17 - Aos ocupantes da carreira de que trata esta lei, fica assegurada a percepção de verba de representação, no percentual de 170% (cento e setenta por cento) sobre o vencimento básico.

Art. 18 - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a realizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da conclusão do enquadramento que trata o Artigo 8º da presente lei, concurso público para preenchimento das vagas remanescentes dos órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional.

Art. 19 - Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições constantes da Lei Estadual nº 6174/70.

Art. 20 - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Executivo.

Art. 21 - o Chefe do Poder Executivo regulamentará, no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias, as disposições desta lei.

Art. 22 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### ANEXO ÚNICO TABELA

Anexo a que referem-se os artigos 2º, 8º, 15 e 17.

	Básico R\$	Dif. %
1ª Classe		
10% dos Cargos.....	R\$ 2.760,75	5%
2ª Classe		
15% dos Cargos.....	R\$ 2.622,71	5%
3ª Classe		
20% dos Cargos.....	R\$ 2.491,57	5%
4ª Classe		

25% dos Cargos..... R\$ 2.367,00      58  
5ª Classe  
30% dos Cargos..... R\$ 2.248,65

Os valores da remuneração básica constante deste anexo referem-se ao mês de junho de 1997.

PROJETO DE LEI Nº 174/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, registrado no Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, no Livro 2 - Registro Geral, matrícula nº 5527, prot. 31120.

Parágrafo Único - O ato de doação deverá conter cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa autorizar o Chefe do Poder Executivo doar ao Município de Primeiro de Maio imóvel situado naquele município e de propriedade do Estado do Paraná, com a finalidade de proceder os encaminhamentos legais de construção de escola pública municipal destinada ao atendimento das necessidades da comunidade.

O projeto de lei por seu alcance e importância merece a aprovação deste Plenário e sanção do Poder Executivo.

PROJETO DE LEI Nº 175/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Rubens Abrahão Tanure.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Rubens Abrahão Tanure, atual Secretário de Estado da Segurança Pública, através de seu trabalho voltado para a comunidade paranaense,

merece a homenagem que estamos propondo através deste projeto de lei.

Nascido em Belo Horizonte, em 14 de abril de 1944, filho de José Abrahão Tanure e Esther Murta Tanure, o Dr. Rubens ingressou no Departamento de Polícia Federal em 1972, tendo exercido diversos cargos nos Estados da Bahia, Paraná, Maranhão e Minas Gerais.

Antes de assumir a pasta da Segurança em nosso Estado, o nosso homenageado exerceu o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria.

CURRICULUM VITAE

Nome: Rubens Abrahão Tanure  
Nascido: em Belo Horizonte / MG  
Data: 14 de abril de 1944  
Filiação: José Abrahão Tanure e Esther Murta Tanure  
Esposa: Maria Alice Tanure  
Filhos: Luciano, Leonardo e Raffaela

- Bacharel em Direito pela Universidade Santa Cruz / Ilhéus - BA.

- Curso Superior de Polícia na Academia Nacional de Polícia.

- Delegado de Polícia Federal, aposentado.

- Ingressou no Departamento de Polícia Federal em 1972, tendo exercido diversas chefias nos Estados da Bahia, Paraná (Superintendente Regional), Maranhão (Superintendente Regional), Minas Gerais.

- Em 1998 assumiu o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 12/97, que dispõe sobre o parcelamento das multas estaduais de trânsito no perímetro urbano ou rodoviário no valor acima de 1.000 UFIRs.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 816

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER,



após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 823

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 149/98, de minha autoria, que visa alterar o artigo 1º da Lei nº 10.994, de 27.12.94.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO Nº 822

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER à Presidência desta Casa, a autorização deste Parlamentar para representar este Poder em Brasília, na qualidade de Presidente do Bloco Parlamentar Municipalista no Encontro de Prefeitos, nos dias 18, 19 e 20 de maio.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 803

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do artista plástico Poty Lazzarotto, ocorrido no último dia 7 de maio, nesta Capital.

Requer mais, que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

O artista plástico Napoleon Potyguara Lazzarotto, o Poty, nasceu em Curitiba, em 1924, e foi uma das expressões mais importantes das artes e cultura paranaense e curitibana no cenário nacional e internacional.

Desde cedo conviveu com artistas, intelectuais e políticos. Professor de desenho e gravura, especializou-se na França, voltando sempre à

Europa. Executou, em 1960, o mural para a Casa do Brasil, em Paris.

Executou obras monumentais em vários centros do país e também do exterior, utilizando fundamentalmente a madeira, o concreto aparente e a cerâmica.

Com exposições em Bruxelas e Londres, é extensa a sua obra gráfica. Foi um dos artistas mais solicitados pelas editoras brasileiras para a ilustração de livros.

Ganhador de muitos prêmios, Poty Lazzarotto é conhecidíssimo no campo da ilustração e do desenho, e seu nome está inscrito entre os mais representativos no cenário nacional.

#### REQUERIMENTO Nº 805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família Gomes, pelo falecimento do Sr. Orlando Hofmann Gomes, ocorrido no dia 12 de maio do ano em curso.

Profundamente chocados, lamentamos a súbita perda do amigo companheiro.

Fica a saudade e a lembrança, do homem íntegro, amigo e companheiro que deixou em nossos corações a dor da perda que durará para sempre.

A família enlutada, que Deus, na sua infinita bondade, derrame sobre seus familiares fé, força e alento neste momento de dor e consternação.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, sejam enviados votos de pesar à família Zarpellon, pelo falecimento do Sr. Leodoni Zarpellon, ocorrido no dia 10 de maio do ano em curso.

Profundamente chocados, lamentamos a súbita perda do amigo, e do grande empresário que muito contribuiu para o engrandecimento e o progresso de Irati.

Foi Diretor Presidente da Força e Luz de Irati (atualmente COPEL), da Cia. de Fósforos Paraná, Companhia de Cimentos Itambé e da Indústria de Madeiras Agostinho Zarpellon & Filhos.

Fica a saudade e a lembrança, do homem íntegro, amigo e companheiro que deixou em nossos corações a dor da perda que durará para sempre.

A família enlutada, que Deus, na sua infinita bondade derrame sobre seus familiares fé, força e alento neste momento de dor e consternação.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da presente Sessão, do lamentável falecimento da Sra. Alice Massabki, ocorrido no dia 12 de maio de 1998, em Cambará.

Requer ainda a expedição de votos de pesar desta Casa de Leis, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO Nº 815

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Sr. Dourival Felix Carneiro, vice-Prefeito da Cidade de Wenceslau Braz; e à Sra. Duvira Candida Carneiro, contendo votos de pesar pelo falecimento do Sr. Norival Felix Carneiro, pai e esposo das pessoas acima nominadas, ocorrida no dia de ontem na Cidade de Wenceslau Braz.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) RENY BORSATTO

#### JUSTIFICATIVA:

Residente na Cidade de Wenceslau Braz há mais de 50 anos, funcionário público estadual aposentado da Secretaria de Estado das Finanças. Ajudou a desbravar aquela região, podendo ser considerado um pioneiro. Era em vida, uma pessoa bastante conceituada e admirada por toda a população, pelas grandes amizades conquistadas em todo o transcorrer de sua vida.

Deixa viúva a Sra. Duvira Candida Carneiro, e 5 filhos: Dourival Felix Carneiro, vice-Prefeito; Jourival e Lourival Félix Carneiro, dentista; Aparecida do Rocio, bioquímica e Maria Otolina.

Temos certeza que pelos trabalhos realizados e as amizades conqui-

tadas em toda sua vida, o seu falecimento vai causar uma grande tristeza, não somente no seio de sua família, mas também em toda a comunidade, visto ser uma pessoa benquista por todos.

#### REQUERIMENTO Nº 807

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido dos usuários do ônibus alimentador Nossa Senhora de Fátima, quanto à colocação de mais carros nos horários da manhã e da tarde. Muitas pessoas utilizam esses ônibus, os mesmos andam superlotados e com mais carros circulando, o problema de superlotação se amenizará.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 809

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Coronel Izaltino Pinho, localizado na Vila Fany, os quais pedem policiamento ostensivo nessa rua e nas proximidades. Assaltos e arrombamentos ocorrem frequentemente no local, deixando apavorada toda a comunidade. A presença de policiais proporcionará segurança às pessoas e inibirá a ação dos assaltantes e arrombadores.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 810

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Arnaldo Batista de Castro, localizada no bairro Jardim Campo Alto, os quais pedem providências junto à COPEL, no sentido de implantar iluminação pública nessa rua. Afirmam que a taxa de iluminação pú-

blica é cobrada, porém tal benefício não está disponível no referido local.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 808

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de atender o pedido da Sra. Rosemari Brunetti, a qual solicita informações de quando iniciarão as obras de dragagem e contenção das ressacas na Praia do Flamingo, no Município de Matinhos / PR. Segundo a Prefeitura daquele município, as obras são de responsabilidade desse DER, em convênio com o Governo do Estado. Tal pedido de informações está sendo feito pela Sra. Rosemari, porque ela tem um imóvel no referido local.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 811

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de Pedido de Informações à Exma. Sra. Fany Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família.

A Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família e a Associação do Deficiente Motor, firmaram II-termo aditivo, sob o nº 0002/96, para prorrogação do prazo de vigência do termo firmado anteriormente entre as partes, para pagamento em 09 (nove) parcelas, referentes aos meses de abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1997.

Sendo assim, constatou-se que a Associação do Deficiente Motor não recebeu o repasse da Secretaria da Criança e Assuntos da Família, referente ao mês de dezembro de 1997, razões que levam este Parlamentar a requerer informações no sentido de que a Secretaria competente, preste os devidos esclarecimentos a esta Casa de Leis, do destino da verba supra citada.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.05.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta semana, a imprensa tem, noticiado que o capital externo poderá vir a controlar as Teles, ou seja, o Sistema TELEBRÁS. E, independente de que seja capital externo ou interno, mas de caráter privado, que venha comprar, que venha controlar, quero chamar a atenção dos Srs. Parlamentares para algumas questões que achamos importantes: a Lei de Telecomunicações, no seu artigo 81, estabelece que as obrigações de universalização de uma empresa prestadora de serviços e telecomunicações, hoje, de responsabilidade da TELEBRÁS, passarão a ser custeadas pelo Tesouro da União, dos Estados e dos Municípios.

Sabemos, hoje, que o Brasil tem cerca de 5.000 municípios, e destes, os 500 maiores são serviços rentáveis. Os demais 4.500 municípios, de uma maneira geral, dão prejuízo ao sistema TELEBRÁS.

Por esta nova lei, estas cidades menores, considerando que dão prejuízo e não lucro, terão necessidade de alocar os recursos para garantir a continuidade da prestação de serviços que existem hoje, ou se quiserem melhorar ou expandir, o investimento terá que ser maior ainda, porque o setor privado não fará esta expansão.

Qualquer empresa prestadora de serviços em telecomunicações investe, gerencia e opera uma quantidade de serviços de telefonia residencial, telefonia comercial, celular e telefonia pública, além da transmissão de dados, acesso à Internet, satélite e etc. Alguns desses serviços dessas empresas são imensamente lucrativos, como por exemplo o aluguel de canais de comunicações para bancos usarem privativamente nas suas transações internas e nos caixas automáticos 24 horas.

Outros serviços de telecomunicações são deficitários, como no caso a telefonia pública, os chamados orlhões, e boa parte da telefonia residencial. Então, podemos dizer que esse serviço chamado "Para Todos" das empresas estatais de telefonia, são ser-

viços deficitários, mas são exatamente esses serviços que interessam e são usados pela maioria da população, inclusive os pequenos empresários. Esses são os serviços de interesse da população.

Os serviços para poucos, que são os das grandes empresas, que são os lucrativos, são aqueles que as empresas privadas vão priorizar e vão investir.

Entendemos que o Sistema TELEBRÁS não deve ser privatizado. A privatização dele significa o abandono do sistema público de comunicação, significa os pequenos municípios com maior dificuldade, além dessas que já tem, porque vai ter que atender ainda o sistema de telefonia, já que é estabelecido no artigo 81 da Lei das Telas.

As grandes cidades, os 500 maiores municípios, aonde apresentam um serviço rentável, são praticamente esses municípios os que financiam os pequenos municípios, e quando privatizada a TELEBRÁS esse sistema de compensação dos municípios lucrativos em relação aos deficitários será rompido pelas empresas que comprarem a TELEBRÁS.

Falar em privatizar a TELEBRÁS hoje, significa que o Brasil vai abrir mão da décima segunda empresa de telecomunicações operadora a nível mundial, e a segunda de planta telefônica instalada no mundo. Portanto, a empresa que comprar o Sistema TELEBRÁS, ou as empresas, terão em suas mãos uma empresa extremamente lucrativa, sem investimento nenhum, mais que isso, mais do que um grupo econômico capaz de produzir, esse Sistema TELEBRÁS é maior do que uma companhia Vale do Rio Doce. O lucro líquido da TELEBRÁS em 96 foi de 3,2 bilhões, e a de 97 mais de 4,5 bilhões de reais.

O que defendemos é a constituição de uma empresa de telecomunicações nacional, estatal, como a TELECOM da Alemanha, ou a TELECOM da Itália, ou a portuguesa, que hoje tem investido no terceiro mundo na privatização das estatais de terceiro mundo.

Nós do Partido dos Trabalhadores, continuamos defendendo o Sistema TELEBRÁS como um sistema estatal, porque ele tem um caráter de atendimento social como se dá hoje.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Gostaria, no dia de hoje, de tratar de um assunto que já anunciamos nesta Casa em dias anteriores, com relação ao PARANAEDUCAÇÃO. E dizer que durante diversos dias estivemos estudando a respeito do assunto para propor o que já tínhamos anunciado aqui, que seria um projeto de lei revogando a Lei Estadual 11.970, de 19 de dezembro de 1997, que criou o PARANAEDUCAÇÃO.

A princípio, quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que conversei com o Deputado Ângelo Vanhoni, e me dizia o ilustre Deputado, que também estavam propondo um projeto nessas mesmas condições.

Queria propor a esta Casa, porque o que nos importa é resolver esse sério problema da educação que está a transtornar o Estado do Paraná, inclusive como o Ministério Público, aceitando representação no sentido de declarar a inconstitucionalidade da lei que criou o PARANAEDUCAÇÃO.

Sugeri que viéssemos a englobar um projeto único - que chamo a atenção do Deputado Vanhoni - que pudéssemos fazer, o PMDB, o PTB, o PSDB que se propôs através do Deputado José Maria, um projeto único, Deputado Toti Colaço, extinguindo essa discussão PARANAEDUCAÇÃO, na mesma fonte em que ela nasceu.

Esta Casa criou a figura do PARANAEDUCAÇÃO. Houve a maioria de voto, a lei foi aprovada e criada. Cabe a nós a extinção desse monstro da educação. Por que digo que isso é possível e necessário? Quando o Governo encaminhou a esta casa o projeto de lei criando o PARANAEDUCAÇÃO - se pegarmos a sustentação dos Deputados de base do Governo naqueles dias, veremos que a grande argumentação feita foi no sentido de que gerava transtornos a cada início de ano, a falta de professores para suprir as escolas públicas. O Governo se via obrigado a contratar professores e no próximo ano acontecia o fato de que o Tribunal de Contas não estava a consentir contratação sistemática de professores. Tanto que mandou o Governo, Deputado Valdir Rossoni, este acompanhamento na criação do PARANAEDUCAÇÃO, procurando mostrar que

no ano de 97, por exemplo, 28% dos professores eram temporários e 58 professores efetivos, e 15% eram de professores com aulas extraordinárias. Em 95, 35% eram de professores temporários.

Isso gerava problema para o Governo. Muito bem, se este era o argumento, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ele desapareceu, porque tive o cuidado de aguardar até o último instante, que nos fosse enviado de Brasília o Projeto de Reforma Administrativa votado no Congresso Nacional, e que agora não altera mais, só esta esperando a sua regulamentação para sanção, para promulgação.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Só para lhe informar; Deputado Caíto Quintana, se me permite, ontem o Senado Federal esperava para a promulgação da Reforma Administrativa a votação de doze medidas provisórias que estavam na ordem. A promulgação desta reforma não poderia acontecer antes que essas medidas provisórias fossem votadas.

Ontem, o Congresso acabou de votar e está sendo aguardada a promulgação da Reforma Administrativa, agora, nesta próxima quinta-feira, isto é amanhã.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Uso o Horário da Liderança do PMDB, Sr. Presidente.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a reforma administrativa teve como base exatamente procurar resolver esse problema do custo administrativo do Governo, e possibilitar para que os Estados possam se adequar à Lei Rita Camata, diminuindo suas despesas. E para tanto, essa reforma administrativa passa a permitir o contrato temporário de serviço, podendo o Governo do Estado contratar temporariamente o serviço necessário, e mantendo sistematicamente os concursos públicos, é evidente que haveremos de suprir, sem nenhum problema, a questão dos professores, podendo demitir aquele que tiver falta de desempenho convincente na sua área de atuação, contratar temporariamente alguém para substituí-lo, sendo, portanto, desnecessária a criação da PARANAEDUCAÇÃO, que embora discorde da sua constitucionalidade, acho que foi uma tentativa que o Governo fez, num determinado momento, para poder contratar sem fe-

rir os princípios do concurso público na administração.

Hoje, não justifica mais. E não justifica, também, Deputado, quando o Governo diz que os problemas para o PARANAEDUCAÇÃO solucionar era que precisávamos oferecer ao Estado a possibilidade de criar programas de capacitação para melhorar os professores.

A reforma administrativa diz que a Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia, com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicioná-lo prêmio ou produtividade.

Portanto, a própria Reforma Administrativa impõe ao Governo a necessidade de que ele proceda cursos de aperfeiçoamento. Então, dentro desta rápida pincelada, porque sugiro e espero conversar com o Deputado Vanhoni logo após a Sessão, para que possamos unificar esse desejo.

A Bancada do PMDB, do PT, o companheiro José Maria Ferreira do PSDB, e formulamos para amanhã a entrada de um projeto que deixaria sem apresentar hoje, para que pudéssemos, em conjunto, propor essa medida, e conversarmos, inclusive, com a Liderança do Governo, com os Líderes dos partidos de base de sustentação, mostrando que o caminho mais correto que temos que percorrer nesta Casa, para que a Assembleia Legislativa não se veja desautorizada de uma lei sua por uma medida judicial. Porque indiscutivelmente, Deputado Toti, a argumentação de inconstitucionalidade do PARANAEDUCAÇÃO é visível e vai acabar acontecendo no âmbito do Judiciário.

Veja bem, Deputado Horácio: existe, por exemplo, um ente público tipo o PARANACIDADE, que alguns questionam ou não, mas ele administra recursos públicos que não têm constitucionalmente obrigatoriedade de aplicação. O PARANAEDUCAÇÃO é diferente, porque iria administrar recursos públicos que a própria Constituição determina que no mínimo 25% seja utilizado com educação.

Estamos transferindo uma responsabilidade constitucional do Poder Público, para...

O Sr. Ângelo Vanhoni - Deputado, só para corroborar na sua linha de argumentação.

A mensagem que está tramitando nesta Casa, que repassa 180 milhões de reais da Secretaria de Educação para o PARANAEDUCAÇÃO: desses 180 milhões, 70 milhões são em função do Fundo de Desenvolvimento da Educação, que é um Fundo Nacional, que são repassadas verbas nacionais, que são repassados para o Estado para serem aplicados única e exclusivamente em determinados critérios e com determinadas rubricas.

E estamos preparando uma ação, caso os 180 milhões sejam aprovados aqui na Assembléia, para entrar com um mandado de segurança, em função dessa regulamentação nacional. Já temos a cópia do Estatuto do Fundo, já temos toda a legislação nesse sentido. Então, a linha de argumentação que Vossa Excelência está desenvolvendo, acho que é procedente.

Gostaria que os Deputados... acho que tínhamos que fazer um bom debate sobre essas questões, para que pudéssemos chegar num consenso sobre a questão do PARANAEDUCAÇÃO.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Porque veja, Deputado Vanhoni e Deputado Rossoni que é Líder do Governo: tínhamos que instituir um estilo um tanto diferenciado de discussão de alguns problemas do Estado do Paraná. O PARANAEDUCAÇÃO é um deles.

Nem a Situação, nem a Oposição, seguramente, nem o Governo nem a Oposição tampouco, deseja prejudicar. Temos que encontrar um denominador comum.

Temos que encontrar um denominador comum. Temos uma visão que é um caminho, acreditamos que está na hora de sentar, para que possa exaurir as argumentações de lado a lado e possamos nos antecipar à busca de uma solução que é a questão de pessoal, de verba pública para educação. Encontrar um caminho que sirva não ao Governo, nem à Oposição, mas que sirva à Educação do Estado do Paraná.

É imperioso que discutamos sobre isso, podendo esta Casa encontrar os termos num projeto de lei que possa garantir temporariamente algum ato, se eventualmente tenha sido praticado pelo PARANAEDUCAÇÃO, mas garantir que não haja nenhum tipo de interpretação ou de impedimento que esta Assembléia

possa ocorrer, como no caso de uma ação, uma declaração de uma ação de inconstitucionalidade numa lei proposta pelo Governo e votada pela Assembléia, o que não será, sob hipótese alguma, motivo de satisfação ou de fortalecimento nem do Executivo, nem do Legislativo, porque indiscutivelmente essa questão da inconstitucionalidade ela terá que ser discutida.

O Sr. Irineu Colombo - Deputado Caíto, a questão da PARANAEDUCAÇÃO, já falei aqui, apresenta os resultados perversos da empresa, que é essa circular interna que recomenda-se que deixe mais 30 dias a professora que saiu de licença à gestação. Quer dizer, temos 4 meses de licença à gestação e recomenda-se que deixe mais 30 ela ainda no emprego, após isso, demita.

Usando um código pela PARANAEDUCAÇÃO de que não houve leilões, ela não foi acessada pelos leilões de aulas. Isso é o primeiro resultado perverso, mostrando claramente a perseguição, o problema de uma empresa administrar o recurso público de uma forma privada, onde os interesses políticos mais absurdos aparecem e discriminatórios no caso de professoras grávidas.

Por outro lado, temos agora uma mensagem do Governo que quer 180 milhões de reais, transferindo recursos que o Governo Federal recolhe e redistribui de acordo com a matrícula é o FUNDEF, para o ensino fundamental. O que é o ensino fundamental? É do primeiro ano à oitava série, raciocínio mais rápido. Antigo primeiro grau. O FUNDEF, que é recurso que redistribui, é para o Ensino Fundamental, a rubrica que o Governo está usando é passar para o PARANAEDUCAÇÃO, que cuida também do ensino médio.

Portanto, mais uma ilegalidade oriunda da Empresa PARANAEDUCAÇÃO. Quer dizer, a PARANAEDUCAÇÃO só poderia, no caso de receber recursos para o ensino básico que abrange o fundamental é o médio. No entanto, está pegando recurso do fundamental e usando para o fundamental e também para o médio. Isso é mais uma ilegalidade, diria, na parte operacional, das finanças do PARANAEDUCAÇÃO.

Então, o PARANAEDUCAÇÃO, já pelos poucos dias de vida que existe, além do questionamento jurídico, tem essa questão operacional, resultado

perverso, financeiro e discriminatório que está surgindo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Uma série de fatores na ordem prática.

Vejam bem, terá professor contratado por regime CLT, recolhendo INSS, sem ascensão profissional, sem nada, repartindo sala de aula com um outro professor que é de carreira, tem concurso, tem garantia do serviço público e tem ascensão. Não é possível. É um retrocesso na educação.

Precisamos encontrar uma saída. Acredito que a lei extinguindo o PARANAEDUCAÇÃO é o melhor caminho enquanto ele tem ainda ações práticas e aplicadas.

O Sr. Toti Colaço - Gostaria só de completar o seu pronunciamento.

Primeiramente, nossos cumprimentos por essa sugestão para colocar, amanhã, em discussão esse projeto, que vai gerar um novo ciclo de debates aqui dentro, que é a extinção do PARANAEDUCAÇÃO.

Quero dizer o que está acontecendo também hoje em todas as escolas do Paraná. Estão fazendo uma avaliação das 20 mil celetistas do Estado do Paraná. Professores que estão ali há 5, até 10 anos nesse regime. Com todo respeito, por pessoas, por funcionários que não têm nada a ver com a educação, sem nenhum preparo, e estão dando uma nota. E a professora que é avaliada por aquela comissão, se não alcançar a nota 6,0 (seis), automaticamente estará fora, no caso de ser implantado o PARANAEDUCAÇÃO.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vai gerar, centenas, talvez milhares de ações na Justiça. Todas elas com ganho de causa ao servidor, porque o critério de avaliação só existe um: o concurso público. Critério subjetivo não vale na concorrência pública e não vale em termos de concurso.

Estamos tentando forçar a barra a vamos gerar problemas sérios na educação do Paraná. Espero que, quando formos discutir esse projeto, que não seja com espírito de Situação e de Oposição, mas que venhamos discutir para o bem do ensino e da educação no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço uso da palavra, hoje, pelo fato acontecido na tarde de ontem.

Quando trouxe, ontem, uma pequena denúncia a respeito de um procedimento sem sentido, no meu ponto de vista, por parte do Banco do Estado do Paraná, de canalizar 4,5 milhões para cursos de aperfeiçoamento, qualidade de vida, por uma empresa do Rio de Janeiro. Acho que é desnecessário. É dinheiro mal gasto. Não traz benefício nenhum para o funcionalismo. Ainda mais no momento em que o Banco está para ser privatizado.

Fui abordado pelo Líder do Governo. No aparte que foi concedido por mim a ele, ficou quase 10 minutos fazendo uma boa análise a respeito das teses que o Governo defende em relação ao Banco do Estado do Paraná. Algo me chamou a atenção, e infelizmente, ontem não tive a oportunidade de desenvolver um raciocínio de uma parte do que o Deputado Valdir Rossoni falou aqui na tribuna.

Deputado Valdir Rossoni, é uma prática que devemos, nem devemos, tem sido a prática aqui na Assembleia Legislativa ao longo desses 3 anos e meio, em que pese que temos problemas, políticas programáticas, mas mesmo as diferenças entre os Deputados, no interior de cada Bancada e no interior de Bancadas da Situação contra Bancada de Oposição, em momento nenhum na história recente, aqui, pelo menos, enquanto estou aqui, vi, por parte de qualquer Deputado, tanto da Oposição como da Situação, com exceção de Vossa Excelência, ontem, de tentar desqualificar uma tese que é defendida por algum Deputado, de uma maneira, que na minha opinião, não contribui para o debate político. Vossa Excelência, ontem, fez uma afirmação grave, se a condução da argumentação do Governo vai ser esta, daqui para frente, tentar desqualificar o interlocutor, tentar menosprezar, tentar amesquinhar a posição que o interlocutor de uma idéia diferente da sua, tem, a respeito de um tema, no Estado do Paraná, entramos por um caminho muito perigoso, do ponto de vista do debate político.



Ontem, Vossa Excelência fez uma afirmação de que só tenho um único objetivo em relatar e trazer para a Assembléia os problemas do Banco do Estado do Paraná, que seria um objetivo eleitoreiro.

Olha, a princípio, esta afirmação pode não parecer uma afirmação grave, mas reputo que esta é uma afirmação grave. Em momento nenhum da minha vida aqui na Assembléia Legislativa, mesmo tendo diferenças com Vossas Excelências, não desqualifiquei a sua atuação em qualquer defesa de qualquer projeto, do ponto de vista do Governo.

Pretendo discutir os projetos do Governo, naquilo que o Governo tem de essência na sua base de argumentação para justificar, e não por aquilo que o Governo tem de menor, que pode estar por trás da essência. Porque senão reduzimos o debate político a algo insuportável, do ponto de vista da busca de uma conscientização sobre os problemas para a sociedade.

Isto vale aqui na Assembléia, como vale ali na rua, como vale lá numa agência do Banco do Estado, como vale numa reunião com empresários, com qualquer um, com qualquer cidadão, porque se for essa a regra do debate, se for esse o método de como temos que enfrentar argumentos a respeito de alguma denúncia ou de qualquer procedimento do Governo, de tentar desqualificar o interlocutor, vamos fazer desta Assembléia Legislativa, um lugar que não tem sentido mais.

Não vou cair nessa, mas vão me permitir a levantar suspeita sobre a sua prática política, suspeito sobre a prática política do Deputado Beto Richa, quando leva um cheque de um convênio ou quando está presente em uma cerimônia em qualquer cidade do interior do Estado, levando um cheque de um convênio para uma escola, para a construção de um posto de saúde, assim por diante. Quer dizer, reduzimos o debate a respeito de uma tese a tentativa de desqualificação do interlocutor que tece alguns argumentos.

Então, gostaria que Vossa Excelência reconsiderasse. Entendo que Vossa Excelência pode ter sido movido a fazer tal afirmação, em primeiro lugar, porque o senhor defende a privatização do Banco do Estado, e acho que não tem nenhuma saída.

Tenho uma tese diferente. Acho que o Banco do Estado tem que prevalecer e o Governo ganha saneando o Ban-

co. Acho isso, acho um erro profundo do Governo. Há o outro lado que tem irregularidades do Governo, há irregularidades do Banco do Estado que são públicas e o Governo não pode, o Banco não pode, acho, que gastar o seu dinheiro de uma maneira equivocada nesse momento.

Então, tem irregularidades graves, Vossa Excelência sabe disso, o Governo sabe disso, setores do Governo sabem disso e não há saída, a não ser que seja averiguado.

A Assembléia, até hoje não deu o seu aceite, para investigar essas irregularidades. Sempre negou a possibilidade de ter uma CPI, de investigar isso a fundo. Fez uma CPI no começo do Governo, do Porto de Paranaguá e da SANEPAR, aonde algumas questões relativas ao Governo passado foram evidenciadas, foram tratadas. Mas, de lá para cá, o Governo sistematicamente impede que a Assembléia exerça um Mandato Constitucional seu, que é de aprofundar investigação sobre irregularidades que acontecem na administração pública. E o Banco do Estado, o senhor sabe disso, desde 95, pode ser que tenham irregularidades passadas, mas desde que estamos aqui, apresentou um sem número de irregularidades.

Por questão de Governo, que não compete a mim discutir, mas compete a Vossa Excelência a defender e argumentar, não foram aceitos os pedidos de CPIs. Agora, desqualificar o Deputado Vanhoni, que tem uma vida política na sociedade e aí talvez o senhor desconheça, antes de me eleger Deputado Estadual, antes de ser Vereador da nossa cidade, já fazia política, não partidária, mas já fazia política na sociedade, há mais de 15 anos, antes de qualquer cargo eletivo. Só me elegi porque não tenho recursos, fruto desse trabalho ao longo de 15 anos, e um dos pontos que sempre me dediquei, porque sou funcionário do Banco, porque essa questão de privatização não é recente, vem desde 79, desde a década de 80, o Banco Central e o Fundo Monetário sempre quiseram fazer isso com os Bancos estaduais. Essa é uma luta nossa, de funcionários públicos, de setores de empresários também, que acham que os Bancos têm que permanecer, de longa data.

Então, Vossa Excelência foi desleigante, profundamente desleigante. Senti-me agredido, no ponto de vista daquilo que entendo que é fazer polí-



tica saudável na sociedade e aqui na Assembléia. Vossa Excelência nunca me viu lançar mão de qualquer argumento sorrateiro, deselegante, para desclassificá-lo enquanto Líder do Governo, ou enquanto Deputado Estadual, naquilo que Vossa Excelência defende. Espero que Vossa Excelência se restrinja ao debate das idéias e não tente desqualificar as minhas intenções por defender determinada proposta, porque se assim o fizer, não vai me deixar outra alternativa.

Vou tentar me negar a isso, porque não é do meu feitio. Prefiro bater no âmbito das idéias, as questões, sem fazer acusações, mas debater. Quero esclarecimentos. Vou resistir até o último a não entrar nessa vala comum que é a desqualificação do seu interlocutor.

O senhor reduz o debate, não esclarece as questões, e mais do que isso, faz uma agressão àqueles que estão defendendo determinadas idéias e não enriquece o debate entre os Parlamentares na Assembléia.

Queria que Vossa Excelência registrasse o meu profundo pesar pelas suas explicações, afirmando que o Deputado Vanhoni faz denúncias e defende o Banco do Estado, porque está atrás dos votos de funcionários do Banco do Estado. Quero lhe dizer que me elegi duas vezes Vereador. Sou funcionário do Banco do Estado, mas pode perguntar para qualquer funcionário do Banco do Estado, se dependesse do Banco do Estado, talvez o Ângelo Vanhoni não estivesse aqui defendendo, porque o interior do Estado, onde está a maioria dos funcionários, não obteve voto nenhum. Foi mínima a votação, e aqui em Curitiba, sempre tiveram 10, 12 candidatos a Deputados ou Vereadores, na empresa em que trabalho. É diferente do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica.

Vossa Excelência não conhece o meu passado, não conhece os meus compromissos, não conhece a minha luta, não conhece aquilo em que acredito e acho que no emocional, na defesa, Vossa Excelência acabou cometendo esse erro.

Posso abdicar de qualquer voto. Não frequento nenhuma agência do Banco do Estado e não passo nenhuma correspondência para funcionário nenhum. Não tem problema nenhum, desde que Vossa Excelência queira fazer o debate, no plano das idéias. Este, estou prepara-

do para fazer. O outro debate, da desqualificação, da intervenção, da argumentação, não estou preparado a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Não há oradores para o Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, da Liderança do PDT.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustre Deputado Vanhoni.

Quero dizer a Vossa Excelência que faço uso da tribuna, preocupado. Sinceramente, não vi a gravidade do meu pronunciamento, ontem, da forma como Vossa Excelência está vendo, e mesmo que eu não conhecesse o seu passado e realmente conheço pouco, o respeitaria pela forma com que Vossa Excelência tem se conduzido nesta Casa, pela forma competente, e Vossa Excelência sabe disso, porque tenho me manifestado pessoalmente com Vossa Excelência, pela forma competente e um dos Deputados atuantes nesta Casa.

Agora, não aceito a forma professoral com que Vossa Excelência veio a esta tribuna, querer que este Deputado aceite que ontem ofendi a sua pessoa, no campo de debate, no campo da questão pessoal.

Quero aqui, citar algumas questões que são importantes para que possamos colocar o nosso debate no seu devido lugar.

Quando falei aqui, Deputado Vanhoni, que eu não gostaria, e se Vossa Excelência interpretou o "eu", de repente, posso ter-me colocado de uma forma diferente, ou interpretado por Vossa Excelência, diferente. Quando coloquei aqui, que quando Vossa Excelência levanta suspeitas e denúncias em cima da instituição BANESTADO, isso me preocupa como cidadão paranaense e não somente como Deputado Estadual. Porque todos sabemos que estamos trabalhando com uma instituição financeira, e que qualquer boato, qualquer fato, pode trazer prejuízos à instituição.

E por isso, num aparte que fiz, concedido por Vossa Excelência, coloquei que não gostaria, e que me colocava à disposição de Vossa Excelência, e quando Vossa Excelência fala da CPI, também quero colocar aqui, para Vossa Excelência, que temos que levantar a

questão da CPI com responsabilidade. Que quando se fala aqui em CPI, estamos gerando prejuízos ao próprio BANESTADO, e Vossa Excelência sabe disso. Que muitas campanhas feitas no BANESTADO para recuperar os depósitos do BANESTADO, as campanhas para investimentos no BANESTADO, muitas vezes foram prejudicadas, por levantarem suspeitas, por trazerem denúncias, não verdadeiras, e que uma intranquilidade ao sistema financeiro, principalmente ao BANESTADO, porque Vossa Excelência sabe, quanto à questão BANESTADO, mais do que este Deputado.

Quero dizer que gostaria que Vossa Excelência aceitasse esta minha posição. De forma nenhuma quis aqui entrar no campo pessoal com Vossa Excelência, mas quis manifestar, ontem, no meu aparte, de não concordava e não concordo com a posição de Vossa Excelência, quando Vossa Excelência diz aqui desta tribuna, que tem centenas de irregularidades dentro do BANESTADO.

Mas, quero pedir para que o Deputado Vanhoni faça comigo, aqui, uma reflexão, e ontem mesmo aconteceu isso, e não quero que de forma nenhuma isso seja interpretado como um alerta ao nosso debate. Acho que o seu posicionamento nesta tribuna, hoje, contribuiu para que fizéssemos uma análise do debate.

Mas, Deputado Vanhoni, ontem também, Vossa Excelência citou um fato aqui, quando falou de um cidadão que está dando cursos no BANESTADO. No discorrer do seu pronunciamento, Vossa Excelência disse que ele, falando com o Secretário da Educação do Paraná, que ele não concordava com o que Vossa Excelência disse ontem aqui, e também deu a entender que o próprio Secretário da Educação, pelo menos interpretei desta forma, que a Universidade do Professor, localizada em Faxinal do Céu, lá onde recicla-se os professores, aonde dá-se cursos de aperfeiçoamento aos professores, o senhor usou de palavras, pelo menos na minha interpretação, de que o Secretário da Educação não concordava com a forma com que estava dirigida aquela universidade. Disse aqui para Vossa Excelência que não acreditava, naquele momento, que o Secretário tinha dito isso a Vossa Excelência.

Mas, se por uma eventualidade, o Secretário da Educação tivesse dito isso, o mínimo que o Secretário de

Educação poderia fazer, era pedir demissão, porque ele faz parte de um Governo, existe um projeto de Governo, estamos convictos que este projeto de Governo é importante para o Paraná. E não é possível que um Secretário de Educação venha a dizer a um Deputado desta Casa que não concorda com certas atitudes na área da educação, onde ele é um subordinado ao projeto de Governo do nosso Governador Jaime Lerner, e Vossa Excelência fez o uso aqui.

Recebi, hoje pela manhã, um telefonema do Secretário de Educação, onde ele nos diz que nunca conversou este assunto com Vossa Excelência, e que ele está de pleno acordo com o projeto de Governo do Governador Jaime Lerner, na área de educação.

Então, Deputado Ângelo Vanhoni, quero dizer para Vossa Excelência, para encerrar o meu pronunciamento, que tenho o maior respeito pelo seu trabalho, pela sua dignidade e pela sua honradez. Mas, não posso, de forma nenhuma, aceitar que se levante suspeitas, e não defendo aqui nesta Casa, se levante e se traga, aqui, a palavra de um Secretário de que eu não tenha uma posição desta palavra que não tinha conhecimento.

Então, quero dizer a Vossa Excelência, que se por ventura, e acredito que não lhe ofendi, espero não ter lhe ofendido, o senhor sabe, Vossa Excelência sabe o respeito que tenho por Vossa Excelência, mas quero continuar, como Vossa Excelência disse aqui, defendendo o Governo no campo das idéias, não no campo da questão pessoal.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, pela benevolência que lhe é peculiar, só para esclarecer ao Deputado, rapidamente, duas palavras: Deputado Valdir Rossoni, a única observação que faço, é que Vossa Excelência, ao afirmar e suspeitar que a minha defesa do Banco do Estado, enquanto instituição pública, e ser contrária à privatização.

Ela poderia ter muito mais um conteúdo eleitoral, eleitoreiro, o senhor remete o seguinte: o que é eleitoreiro? Como é que podemos entender eleitoreiro? Será que o Ângelo Vanhoni está sendo oportunista de querer trabalhar com as questões? Ele não acredita nas teses, ele está interessado no voto!

Sabe, esse tipo de conotação remete a que passemos a fazer uma análise

se do procedimento de cada um dos nós aqui, sobre vários prismas, e aí acho que não contribui para o debate.

Acredito que o Deputado Caíto Quintana acredite na tese que o Banco do Estado tem que ficar público, assim como acho que o Deputado José Tavares também acha que o Banco do Estado pode ficar público. No entanto, pode, hoje, acompanhar o Governo, aprovando a privatização, mas ele tem um convencimento pessoal de que o Banco do Estado devia ficar público.

O senhor não pode, de repente, fazer uma acusação de oportunismo eleitoral, como senhor fez de uma forma elegante, mas o senhor fez em relação à minha defesa a respeito da instituição. Estão, é sobre este ponto que quero dizer.

Em relação ao Secretário da educação; não disse que falei com o Secretário, disse que até o Secretário da Educação não concordava com esse Arthur. Tanto é que não foi a Secretaria de Educação que o contratou, não foi o Ramiro que foi ao Rio de Janeiro buscá-lo, e assim que a Secretaria de Educação pôde tirá-lo de Faxinal do Céu, ele se retirou de Faxinal do Céu.

Agora, terá que ter a universidade para o aperfeiçoamento dos professores. É lógico que a Secretaria de Educação concorda, quer e continua existindo, como também defendo.

Era só isso. Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, como Vossa Excelência teve a benevolência com o Deputado Ângelo Vanhoni, gostaria que Vossa Excelência me desse só duas palavras, como disse o Deputado Ângelo Vanhoni.

Quando falei da questão eleitoral, falei que quando falássemos do BANESTADO, teríamos que falar com responsabilidade e com muito cuidado, porque estávamos trabalhando com uma instituição financeira que depende de investimentos correntistas e que qualquer posicionamento que se tornasse público, que ferisse, inclusive, o sigilo bancário, poderia trazer prejuízos ao BANESTADO.

Foi essa a minha preocupação e a minha colocação. Jamais para ofender o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - PFL. PL, com a palavra o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No último dia 7, houve uma audiência pública da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Audiência esta, requerida por diversos Parlamentares e entre eles o Deputado Max Rosenmann, para discutir na Câmara a possibilidade de criação de áreas de livre comércio em diversos pontos do país, uma vez que existem diversos projetos tramitando no Senado da Câmara, entre eles dois projetos do Deputado Maurício Requião. Um prevendo a criação de uma área de livre comércio em Foz do Iguaçu e outro prevendo a criação de uma área de livre comércio em Guaíra.

Considero relevante este fato, porque pela primeira vez, no foro adequado, com as autoridades que têm autonomia e responsabilidade para tratar do assunto, se discute tão relevado tema.

É bom frisar que se fala em criação de área de livre comércio aqui ou acolá há mais de 20 anos neste nosso Brasil, e nunca foi encarado de frente, tratado de forma séria este assunto. Até porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o advento da globalização, da formação do MERCOSUL, criaram-se situações novas que forçam a se repensar neste assunto.

Ficou muito claro, muito caracterizado que cidades do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e até mesmo do Norte do Brasil, que compreendem verdadeiras Regiões, estão vivendo um momento crucial. Milhões de pessoas envolvidas, pagando um preço muito alto pelos efeitos do MERCOSUL, e o Governo se nega a encarar este problema de frente, infelizmente.

Depoimentos que ouvimos de Prefeitos de Santana do Livramento, de Chuí, entre outras cidades do Rio Grande do Sul, Guaíra, Foz do Iguaçu, dão conta que os países vizinhos estão se preparando, se organizando para fornecer produtos industrializados ou não, para o Brasil, através de pontos estrategicamente definidos, nas regiões da fronteira, com produtos com preços muito mais acessíveis que os produtos comprados no Brasil. Pior que isso: produtos brasileiros que vão para estes países e retornam para o Brasil com preços 30, 40% mais baratos, porque os produtos para exporta-

ção são isentos de IPI, ICMS e qualquer outro tipo de imposto.

O problema é sério e tem que ser encarado de frente, até porque, como falei, são milhões de pessoas vivendo os efeitos negativos desta integração dos países do MERCOSUL, milhares de empresários já fecharam as portas dos seus estabelecimentos, quebraram, literalmente, faliram, e este comércio de fronteira movimenta bilhões de reais.

Recentemente, uma revista de renome mundial, a "Forbs", dava conta que o comércio com a vizinha Ciudad del Este, no Paraguai, gira com o Brasil em torno de 12 bilhões de dólares. Quer dizer, além da quantidade enorme de pessoas, além das empresas que estão quebrando, falindo, que são milhares, além dos milhares, talvez milhões de desempregos que estão sendo gerados através desse tipo de comércio, o volume de negócios que envolve esse comércio de fronteira é um volume muito grande. Então, não pode ser ignorado pelas autoridades.

Essa é a constatação que fizemos dessa audiência pública que fizemos em Brasília. A partir daí, ficou definido que Prefeitos do Paraná, estávamos lá representados com outras lideranças, entidades associativas, de classes comerciais, Prefeitos do Rio Grande do Sul, Deputados desses dois Estados, vamos fazer uma ampla campanha para esclarecimento e tentativa de convencimento das autoridades responsáveis para esse grave, para esse crucial problema que estão vivendo diversas cidades do nosso Brasil, principalmente no Paraná, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, que estão mudando a realidade da economia dessa região, trazendo efeitos enormes para toda essa população.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Deputado Rosinha com a palavra, no horário do PSN.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Hoje pela manhã, a população de Curitiba foi surpreendida com uma paralisação de ônibus na nossa cidade. Paralisação que durou cerca de 3 horas e que agora neste momento se concretiza a segunda paralisação.

Qual a razão que motoristas e cobradores de ônibus da nossa capital se mobilizam tão rapidamente e param o

transporte coletivo de Curitiba? É a violência, que tem ascendido a patamares assustadores no Estado do Paraná. Essa madrugada, só de uma única empresa foram assaltados 6 ônibus. Nessa madrugada, um cobrador foi assassinado durante o assalto. Disse que era o décimo assalto na qual esse cobrador, esse ônibus tinha sido vítima.

Fala-se, e precisamos apurar se isso é verdade ou não, que cada assalto de ônibus, as empresas, além de terem seguro, obrigam os cobradores a pagarem o que foi levado do caixa. Se isso for verdadeiro, é um crime cometido contra esses cobradores. Diz-se, inclusive, pela cidade, que a razão da reação desse rapaz foi porque ele já estava pagando outros assaltos e não tinha condição mais de continuar trabalhando de graça para as empresas, e por isso reagiu.

Mas, a questão da violência do nosso Estado, ela tem ascendido a números elevados, devido a alta taxa de exclusão social da qual a população trabalhadora tem sido vítima.

Curitiba e Região Metropolitana apresenta cerca de 40% de desempregados, de acordo com os últimos números divulgados pelo DIEESE, e que o Governo do Estado tentou impedir a divulgação e acabou com as pesquisas, porque os índices estavam dando elevados.

O cidadão desempregado, resta para ele pedir ou assaltar, e cada um reage de acordo com o que ele acha mais fácil obter o dinheiro para o sustento da sua família.

Se no Nordeste tem o saque de supermercados e de armazéns, aqui no Sul os excluídos da política neoliberal, da política de atração de empresas multinacionais, porém esquecido como cidadão, esquecido pelo lado social, só lhe resta buscar alternativa na solidariedade individual, ou no assalto.

Temos alterado, por mais uma vez, a nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, e junto com o Nerone do PSN, cujo horário uso agora, que o Governo do Estado tem reagido muitas vezes irresponsavelmente em relação à violência, estimulando-a ou deixando de puni-la. Já foram momentos de outros pronunciamentos de outros Parlamentares. Mas a questão da violência, se o Governo não intervir na questão social e na prevenção, cada vez mais isso vai aumentar.

Temos escutado o Governo dizer que tem investido na prevenção a assaltos, colocando policiais cavalcando pelas ruas de Curitiba, muito mais no Centro, quando a periferia é a área mais violenta. Esses policiais, esse serviço de prevenção é um serviço de proteção ao patrimônio e não à vida, e que questionamos. O que queremos são os serviços de proteção à vida do cidadão. E proteger a vida é com política social e de desenvolvimento econômico, o que não tem ocorrido no Brasil.

Fernando Henrique Cardoso tem causado o maior nível de desemprego...  
(Ausência de som)

...levada a nível central por Fernando Henrique Cardoso. Todos eles têm se somado e contribuído para o desemprego e pelo fim das políticas sociais.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 816, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghe-tti, constante do expediente, requer a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 172/97, de autoria da Deputada Ironi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, do Município de Guaraci. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 55, de 22.04.97).

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 241/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação de Maranata, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 85, de 02.06.97).

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 346/97, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação Medianeirense dos Surdos e Fissurados, com sede e foro em Medianeira. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 116, de 06.08.97).

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 581/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Convivência de Idosos e 3ª Idade - CONCCITI, com sede e foro em Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 182, de 23.10.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 581/97

##### PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Convivência de Idosos e 3ª Idade -

CONCCITI, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/98, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Nelson Garcia, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, "Post Mortem", ao Sr. Celso Charuri. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 53, de 06.05.98).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 153/98

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Nelson Garcia, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná, "Post Mortem", ao Sr. Celso Charuri.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/98, de autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Amigos do Museu de Arte de Londrina, com sede e foro em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 53, de 06.05.98).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 155/98

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Tavares, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Amigos do Museu de

Arte de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/98, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Albergue Noturno Frederico Ozanam, com sede e foro em Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 53, de 06.05.98).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 160/98

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Albergue Noturno Frederico Ozanam, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 160/98

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Albergue Noturno Alfredo Ozanam, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Sala das Comissões, em 12.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Sobre a mesa, Requerimento nº 803, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.  
Requerimentos nºs 805 e 806, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço,

constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 807 a 810, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 811, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) -  
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 812 e 823, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 815, de autoria do Sr. Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 819, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 822, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) -  
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 800, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, vamos aprovar o requerimento do Deputado Romanelli, mas não havia necessidade, porque já estamos com as informações para prestar ao Deputado.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) -

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 103, 111 e 122/98.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 153/98.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 245/97.

E marco ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 14, às dez horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 581, 245/97, 155 e 160/98.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 112/98.

Levanta-se a sessão.

Portaria nº 008 / 98

**Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no Artigo 10 da Lei 11974 de 23 de dezembro de 1997.

Resolve:

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. aprovado pela Lei nº 11974 de 23 de dezembro de 1997 nas rubricas abaixo:

Cancelar	33903600	100.000,00
----------	----------	------------

Suplementar	33909200	100.000,00
-------------	----------	------------

Gabinete da Diretoria Geral, 26 de Janeiro de 1998.



Abib Miguel

Diretor Geral

Visto:



Deputado Luiz Carlos Martins

Primeiro Secretário

Portaria n.º 12 / 98

**Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no Artigo 10 da Lei 11974 de 23 de dezembro de 1997.

Resolve:

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. aprovado pela Lei n.º 11974 de 23 de dezembro 1997 nas rubricas abaixo:



Cancelar	33903900	200.000,00
Suplementar	33904700	200.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 02 de Março de 1998.

  
Abib Miguel  
Diretor Geral

Visto:

  
Deputado Luiz Carlos Martins  
Primeiro Secretário

*Portaria N.º 057/98*

*O Diretor Geral da Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná,* no uso de suas atribuições,

R e s o l v e :

colocar a disposição da COHAPAR da cidade de Ponta Grossa, o servidor deste Poder, **PAULO JOSÉ DE TARSO GOMES FERNANDES**, com ônus para o órgão de origem.

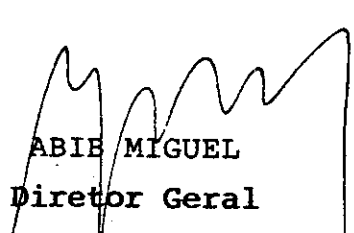
*Portaria N.º 058/98*

colocar a disposição da COHAPAR, da cidade de Ponta Grossa, **ELISAN DREA SGUARIO**, servidora desta Assembléia Legislativa, com ônus para o órgão de origem.

*Portaria N.º 059/98*

colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, o servidor deste Poder Legislativo, **ANTONIO CANAN**, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de maio de 1998.

  
ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES****4ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura****Ata da 2ª Reunião Ordinária**

Aos onze dias do mês de maio de um mil, e novecentos e noventa e oito na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Deputado Irineu Mário Colombo. Havendo Número legal o Senhor Presidente abriu a presente reunião com a seguinte Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI nº 127/96 de autoria do Deputado Luiz Acorssi. Relator Irineu Mário Colombo. Parecer favorável. Aprovado. 02) PROJETO DE LEI nº 697/97 de autoria do Deputado Sérgio Spada. Relator Eduardo Trevisan. Parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.



**Richard Ruppel Sotto Maior**  
Secretário



**IRINEU MÁRIO COLOMBO**  
PRESIDENTE

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES****4ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura****Termo de Abertura**

Aos doze dias do mês de maio de um mil, e novecentos e noventa e oito na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Deputado Irineu Mário Colombo. Não havendo número legal o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião e mandou lavrar o presente termo de abertura, que será assinado por mim, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.



**RICHARD RUPPEL SOTTO MAIOR**  
Secretário



**IRINEU MÁRIO COLOMBO**  
Presidente